

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 16 de janeiro de 2012.

Edição nº 852

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal3

Súmulas de contratos.....3

Avisos de licitações.....4

Editais.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 16 de janeiro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 852

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 017/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar de 16 de janeiro de 2012, a Portaria n.º 0804/2011 que designou o Dr. MAURO FONSECA ANDRADE, Promotor de Justiça, ID n.º 3429865, para exercer as funções de Promotor-Assessor, com atribuições de Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Port. 0070/2012).

DESIGNAR

- a Dra. ANA PAULA BERNARDES, 3ª Promotora de Justiça Criminal, para oferecer aditamento à denúncia, bem como para acompanhar o feito contra Michele Terra Oliveira, com base no Processo n.º 033/2.05.0001578-3, oriundo da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Leopoldo, e, em eventual impedimento, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 0002/2012).

- o Dr. JOÃO CLAUDIO PIZZATTO SIDOU, Promotor de Justiça, para oferecer nova denúncia ou aditar a já ofertada, bem como para acompanhar o feito contra Cléder Marques, com base no Inquérito Policial n.º 125/2.09.0000594/9, oriundo da Vara Judicial da Comarca de São Francisco de Assis, e, em eventual impedimento, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 0047/2012).

- o promotor de justiça, Dr. ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, ID n.º 3427625, para coordenar a Fiscalização Ambiental Integrada – FAI, nos termos do provimento n.º 03/2012 (port. 0060/2012).

- a contar de 16 de janeiro de 2012, o Dr. MAURO FONSECA ANDRADE, Promotor de Justiça, ID n.º 3429865, para exercer as funções de Promotor-Assessor (Port. 0071/2012).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de janeiro de 2012.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 018/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a Portaria n.º 0174/2011, que, nos termos do § 3º do artigo 7º do Provimento n.º 51/2010-PGJ, designou os Promotores de Justiça Dr. SANDRO LOUREIRO MARONES, Dra. DANIELE DA SILVA PIRES, Dr. RODRIGO DE OLIVEIRA VIEIRA, Dra. DANIELI DE CÁSSIA COELHO e Dr. LUIZ ANTONIO BARBARÁ DIAS, para integrarem o Núcleo 06 (Regiões Administrativas 9 e 10 do anexo único do Provimento n.º 57/2009-PGJ) de

atuação regionalizada do GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO. (PR.00018.00020/2010-5)(Port. 3798/11).

- a Portaria n.º 0173/2011, na parte que se refere à designação, nos termos do § 3º do artigo 7º do Provimento n.º 51/2010-PGJ, dos Promotores de Justiça Dr. ALESSANDRO SALAZAR ROSSATTO e Dr. EVANDRO LOBATO KALTBACH, para integrarem o Núcleo 05 (Regiões Administrativas 5 e 7 do anexo único do Provimento n.º 57/2009-PGJ) de atuação regionalizada do GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO. (PR.00018.00020/2010-5)(Port. 3797/11).

- a Portaria n.º 0172/2011, na parte que se refere à designação, nos termos do § 3º do artigo 7º do Provimento n.º 51/2010-PGJ, dos Promotores de Justiça Dr. MARCELO JOSÉ DA COSTA PETRY, Dr. ROGÉRIO FAVA SANTOS, Dra. MÁRCIA REGINA NUNES VILLANOVA, Dr. JULIO FRANCISCO BALLARDIN, Dr. ÁLVARO LUIZ POGLIA, Dr. MARCELO JULIANO SILVEIRA PIRES, Dr. VALDOIR BERNARDI DE FARIAS e Dra. SÔNIA MADALENA SILVEIRA BONILLA, para integrar o Núcleo 04 (Regiões Administrativas 1, 2, 3 e 4 do anexo único do Provimento n.º 57/2009-PGJ) de atuação regionalizada do GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO. (PR.00018.00020/2010-5) (Port. 3796/11).

a Portaria n.º 0171/2011, que, nos termos do § 3º do artigo 7º do Provimento n.º 51/2010-PGJ, designou os Promotores de Justiça Dr. PAULO ESTEVAM COSTA CASTRO ARAÚJO, Dr. LEONARDO GIARDIN DE SOUZA e Dr. JÚLIO CÉSAR DE MELO, para integrar o Núcleo 03 (Regiões Administrativas 6 e 8 do anexo único do Provimento n.º 57/2009-PGJ) de atuação regionalizada do GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO. (PR.00018.00020/2010-5)(Port. 3795/11)

- a Portaria n.º 0170/2011, que, nos termos do § 3º do artigo 7º do Provimento n.º 51/2010-PGJ, designou os Promotores de Justiça Dra. JANINE ROSI FALEIRO, Dr. RICARDO SCHNESTCK RODRIGUES, Dr. ROGÉRIO MEIRELLES CALDAS, Dr. MÁRCIO SCHLEE GOMES e Dr. JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ZACHIA ALAN, para integrar o Núcleo 02 (Regiões Administrativas 11 e 12 do anexo único do Provimento n.º 57/2009-PGJ) de atuação regionalizada do GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO. (PR.00018.00020/2010-5)(Port. 3794/11)

- a Portaria n.º 0169/2011, que, nos termos do § 3º do artigo 7º do Provimento n.º 51/2010-PGJ, designou os Promotores de Justiça Dr. REGINALDO FREITAS DA SILVA, Dr. JOSÉ NÍLTON COSTA DE SOUZA, Dr. TIAGO MOREIRA DA SILVA, Dr. RODRIGO DA SILVA BRANDALISE, Dr. VOLTAIRE DE FREITAS MICHEL, Dr. JOSÉ EDUARDO COELHO CORSINI, Dra. ANA PAULA BERNARDES, Dr. EDUARDO CORAL VIEGAS, Dr. LEONARDO GUARISE BARRIOS, Dr. FERNANDO CESAR SGARBOSSA, Dr. CRISTIANO SALAU MOURÃO, Dr. AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO, Dr. MARCELO TUBINO VIEIRA, Dra. LETÍCIA VITERBO ILGES, Dr. CHARLES EMIL MACHADO MARTINS, Dr. MICHAEL SCHNEIDER FLACH, Dra. LESSANDRA BERGAMASCHI, Dra. SANDRA GOLDMAN RUWEL e Dra. SÔNIA ELENÍ CORRÊA MENS-



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 16 de janeiro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 852

CH, para integrar o Núcleo 01 (Regiões Administrativas 13, 14, 15 e 16 do anexo único do Provimento nº 57/2009-PGJ) de atuação regionalizada do GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO. (PR.00018.00020/2010-5)(Port. 3793/11)

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de janeiro de 2012.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 016/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, EM EXERCÍCIO, IVORY COELHO NETO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 12/01/2012, no cargo de Secretário de Diligências, Classe “M”, GABRIELA MARTINS NEUMANN, tendo entrado em exercício em 18/01/2012.

RETIFICAR

- o Boletim n.º 015/2012, publicado no DEMP de 13/01/2012, na parte que se refere à Habilitação para Posse de DOUGLAS FREITAS COSTA, para constar que a data da posse foi 14/12/2011, e não como constou.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de janeiro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

TERMO DE ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO

Pelo presente termo, o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do Ministério Público, aceita a doação efetuada pela Prefeitura Municipal de Butiá, autorizada pela Lei Municipal nº 2.646/2011, da área de 697,94 m² do terreno localizado na cidade de Butiá, na Rua Ademar Flores, confrontando, ao norte, com a Rua Ademar Flores, ao sul, com a Rua Ramão Peres, ao leste, com terreno pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul e, ao oeste, com terreno pertencente ao Município de Butiá, registrado no Livro nº 2 - Registro Geral, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Butiá, sob matrícula de nº 10.544, destinado à construção de sua sede na referida comarca.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 9 de janeiro de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO N.º 3938-09.00/11-0

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 68/11

CONTRATADA: L.C. FERREIRA; **OBJETO:** prestação de serviços de fornecimento de carimbos autotintados, automáticos, com dispositivo de tinta embutido, nas cores preta e/ou vermelha, e polímeros para carimbos autotintados; **VALOR UNITÁRIO DOS CARIMBOS:**

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO
1	Carimbo quadrado/retangular, faixa até 5,40 cm²	R\$ 18,00
2	Carimbo quadrado/retangular, faixa de 5,41 a 15 cm²	R\$ 25,00
3	Carimbo quadrado/retangular, faixa de 15,1 a 24 cm²	R\$ 18,00
4	Carimbo quadrado/retangular, faixa acima de 24 cm²	R\$ 50,00
5	Carimbo redondo, diâmetro até 4 cm	R\$ 45,00
6	Carimbo datador, quadrado/retangular, área de até 18 cm²	R\$ 16,50
7	Carimbo datador, sem texto, altura, data, 3,8 mm	R\$ 6,00
8	Numerador metálico, sequencial, 6 dígitos	R\$ 66,00
9	Polímero p/carimbo quadrado/retangular, faixa até 5,40 cm²	R\$ 1,00
10	Polímero p/carimbo quadrado/retangular, faixa de 5,41 a 15 cm²	R\$ 1,00
11	Polímero p/carimbo quadrado/retangular, faixa de 15,1 a 24 cm²	R\$ 1,00
12	Polímero p/carimbo quadrado/retangular, faixa acima de 24 cm²	R\$ 1,30
13	Polímero p/carimbo redondo, diâmetro até 4 cm	R\$ 1,20

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3964; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS 33/08 e 47/05 e, subsidiariamente, Leis Federais 8.666/93, 10.520/02, Provimento PGJ/RS 54/02 e Decreto Estadual 42.434/2003.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de janeiro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

APOSTILA

PROCESSO 4017-09.00/11-7

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande



Diário eletrônico Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 16 de janeiro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 852

do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar o processo em epígrafe, para retificar o valor total do material a ser adquirido, por inexigibilidade de licitação, da empresa Ingersoll Rand Indústria, Comércio e Serviços de Ar Condicionado, Ar Comprimido e Refrigeração Ltda., que é de R\$ 21.270,61 (vinte e um mil, duzentos e setenta reais e sessenta e um centavos), e não como constou.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de janeiro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO N.º 969-09.00/11-6 CONVITE N.º 15/11

CONTRATADA: POTENCIAL ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** acréscimo, ao objeto do Contrato – AJDG n.º 55/11, da área de 87,75 m2 referente aos projetos elétricos, telefônicos e cabeamento estruturado a serem elaborados para a obra de construção na localidade de Frederico Westphalen; supressão, do objeto do Contrato – AJDG n.º 55/11, da elaboração dos projetos elétricos, telefônicos e cabeamento estruturado para a obra de ampliação na localidade de Três Passos (419 m2); **VALOR A SER SUPRIMIDO:** R\$ 8.345,94; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, alínea b, e § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de janeiro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de Abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico n.º 03/2012 (Processo n.º 000163-09.00/12 -2) **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** Registro de preços para confecção de banners, visando à padronização da identidade visual do MPRS, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 06/02/2012, às 13h. **Data e horário de início da disputa de preços:** 06/02/2012, às 14h.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. **Edital disponível na página:** http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplc@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual n.º 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 13 de janeiro de 2012.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

EDITAL N.º 13/2012

REMOÇÃO DE ASSESSOR BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>) a divulgação dos locais em que serão oferecidas 6 (SEIS) vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de janeiro de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 14/2012

REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de janeiro de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 003/2012

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministé-



rio Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00788.00035/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio da Silva Leiria, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de apurar prestação de Contas de Poder Executivo Municipal, relativa ao exercício de 2008, em município.

2) Inquérito Civil, nº 00883.00051/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Francisco José Borges Motta, da Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel, com a finalidade de apurar a regularidade das verbas que compõem a remuneração de servidor público municipal, em município.

3) Inquérito Civil, nº 00914.00118/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Roberto José Taborda Masiero, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa por infringência aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa, com enriquecimento ilícito e prejuízos ao Erário, em município.

4) Inquérito Civil, nº 70/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades existentes em procedimentos licitatórios Tomada de Preço, realizados por Poder Executivo, em município.

5) Inquérito Civil, nº 00723.00034/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar eventual irregularidade e/ou ato ímprobo praticado por servidor público, consubstanciado na determinação de desvio de função de servidores para prestarem serviços de motorista junto à empresa privada, em município.

6) Inquérito Civil, nº 00935.00050/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa por parte de monitora, que, aproveitando-se da situação de exercer cargo público de monitora na instituição de abrigagem, postulou adoção de criança abrigada com violação da ordem dos habilitados, em município.

7) Inquérito Civil, nº 00935.00051/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa por parte de monitora, que, aproveitando-se da situação de exercer cargo público de monitora na instituição de abrigagem, postulou adoção de criança abrigada com violação da ordem dos habilitados, em município.

8) Inquérito Civil, nº 00935.00052/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa por parte de monitora, que, aproveitando-se da situação de exercer cargo público de monitora na instituição de abrigagem, postulou adoção de criança abrigada com violação da ordem dos habilitados, em município.

9) Inquérito Civil, nº 00914.00123/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Roberto José Taborda Masiero, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de apurar possível ato de improbidade com irregularidades em contratação de empresa, em município.

10) Inquérito Civil, nº 00914.00120/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Roberto José Taborda Masiero, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de apurar a criação cargos em comissão temporários, acrescentando dispositivos na Lei Complementar Municipal n.º 07/2005, projeto de lei complementar aprovado com maioria simples, com aumento de despesas e sem suporte orçamentário, em município.

11) Inquérito Civil, nº 00914.00119/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Roberto José Taborda Masiero, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de apurar atos de improbidade administrativa por infringência aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa, com enriquecimento ilícito e prejuízos ao Erário, em município.

12) Inquérito Civil, nº 00883.00051/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Francisco José Borges Motta, da Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel, com a finalidade de apurar a regularidade das verbas que compõem a remuneração de servidor público municipal, em município.

13) Inquérito Civil, nº 00716.00036/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, com a finalidade de apurar possível abandono de patrimônio histórico e artístico de município.

14) Inquérito Civil, nº 00716.00037/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, com a finalidade de apurar possível irregularidade no pagamento de diárias pelo Poder Legislativo, em município.

15) Inquérito Civil, nº 00727.00033/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça de Cacequi, com a finalidade de apurar possível irregularidade no transporte de alunos de programa de educação, em município.

16) Inquérito Civil, nº 00727.00034/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça de Cacequi, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no uso de veículos subvencionados por Câmara Municipal.

17) Peça de Informação, nº 00786.00012/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Cinara Vianna Dutra Braga, da Promotoria de Justiça de Guaíba, com a finalidade de apurar eventual improbidade administrativa por parte do Poder Executivo e Legislativo em contratação irregular (sem licitação) de empresa, em município.

18) Inquérito Civil, nº 00811.00029/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo José da Costa Petry, da Promotoria de Justiça de Nonoai, com a finalidade de apurar eventual coleta informações junto às Administrações Públicas e/ou demais órgãos públicos sobre a implementação do piso salarial profissional nacional na rede municipal de ensino básico,



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 16 de janeiro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 852

em município.

19) Peça de Informação, nº 00761.00038/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, com a finalidade de apurar eventual existência de irregularidade na contratação de profissionais, em município.

20) Inquérito Civil, nº 00861.00050/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar possível desvio de verbas destinadas a município para edificação de rede de fornecimento de água, na área rural, em município.

21) Inquérito Civil, nº 00914.00125/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Roberto José Taborda Masiero, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa por infringência aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa, em município.

22) Inquérito Civil, nº 00745.00051/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Barbosa Fernandes, da Promotoria de Justiça de Carlos Barboza, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades de propaganda institucional de Administração Pública, em município.

23) Inquérito Civil, nº 01211.00013/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, com a finalidade de apurar o uso de máquinas e servidores públicos municipais em construção de acesso de servidão ao interior de propriedade particular, em município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de janeiro de 2012.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.